

- Autora: Suzel Lisiane Jansen
- Economista, Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS)
- Professora do Centro Universitário Feevale
- Endereço: Rua Professor Fitzgerald, 176 – Petrópolis –
Porto Alegre – RS CEP 90470-160
- e-mail: sjansen@feevale.br
- suzeljansen@brturbo.com.br
- Área Temática sugerida: História Econômica

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1940 A 1995/96

Suzel Lisiane Jansen*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a evolução da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul a partir da análise da utilização das terras e do valor da produção. Percebe-se uma estrutura produtiva ligada ao processo histórico de ocupação e às características físicas de seu território. Primeiramente é analisada a estrutura produtiva através da área ocupada pelas atividades de lavouras, pastagens, matas e terras não utilizadas, em cada uma das Mesorregiões do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1940 a 1995/96. Apresenta-se a distribuição desta área nos municípios do Estado, no ano de 1995/96. Verifica-se também o valor da produção animal e vegetal per capita de 1970-95/96. Percebe-se um predomínio de áreas ocupadas com pastagens naturais, que vem sendo substituída gradativamente por lavouras temporárias e por pastagens plantadas. Na mesorregião Noroeste Rio-Grandense destacam-se as lavouras temporárias, que apresentam um aumento considerável no período analisado.

Palavras-chave: **Estrutura produtiva, Valor da Produção**

1. Introdução

O processo histórico de ocupação do Rio Grande do Sul, juntamente com suas características físicas, desencadeou a formação da estrutura produtiva agropecuária do Estado e, conseqüentemente, a economia gaúcha.

Para melhor entender a estrutura produtiva e agropecuária do Rio Grande do Sul, é preciso que se faça uma reflexão histórica sobre a sua formação relacionada ao processo de ocupação do estado.

Devido ao desinteresse da coroa pela região sul do Brasil e a tardia ocupação, a economia do Rio Grande se desenvolveu somente a partir da segunda metade do século XIX. Dois pólos regionais, oriundos do processo histórico da forma de ocupação, passam a consolidar o perfil econômico do Estado. De um lado o eixo Rio Grande-Pelotas com produção centralizada no charque, no trigo e produtos de origem da pecuária, praticados por remanescentes dos primeiros ocupantes; e, de outro lado, o eixo Porto Alegre-São Leopoldo, concentrado na produção rural das colônias, uma indústria de base artesanal, e um comércio, onde os colonizadores europeus, principalmente os alemães, predominavam.

* Mestre em Desenvolvimento Rural – Ênfase em Economia Rural / UFRGS. Professora do Centro Universitário Feevale.

Até o início do século XX a pecuária (e com base nela as charqueadas) foi a principal atividade econômica gaúcha e o principal produto exportado pelo Rio Grande (Müller, 1998, p.35). Após esse período surge um novo produto na pauta de exportações: o arroz. A lavoura de arroz foi a primeira organizada sob bases capitalistas no Estado, utilizando mão de obra assalariada, através de terras arrendadas, utilizando irrigação e produzindo para o mercado (Becker, 1992, p.76). A situação favorável para a pecuária e para o arroz durou somente até o início da década de 20, com o final da Primeira Guerra Mundial. Enquanto isso as exportações do charque perdiam importância econômica nos anos que se sucederam em função de outras crises como a depressão¹ pos 1929.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), ocorre uma valorização dos produtos gaúchos. Até o final da guerra, ocorreram algumas mudanças na agricultura, com aumentos na produção de arroz e de mandioca, proporcionada principalmente pela escassez (em decorrência do substancial aumento do valor das importações), pelas dificuldades enfrentadas por produtores de bens similares e também pelo substancial aumento do valor médio da tonelagem exportada; tudo isto decorrente da época de guerra² (Müller, 1998, p.132).

No início dos anos 50 as culturas de trigo³ e de arroz no Rio Grande do Sul foram amplamente beneficiadas pelo crédito subsidiado às lavouras de exportação ou substitutivas de importações. Mas, a partir de meados da década de 50, chega-se ao limite de sua capacidade de desenvolvimento baseado na exportação de produtos agrícolas e bens de consumo de origem agropecuária para os demais estados da Federação. (Müller, 1998, p.164)

Desde o início do século a agricultura já enfrentava problemas decorrentes da degradação do solo, da fragmentação das colônias em minifúndios de produção antieconômica (que devido ao seu tamanho não possibilitavam grandes ganhos ao produtor) e da concorrência nos mercados do centro do país com produtos locais ou importados de outros países (Müller, 1998, p.64). Diante dessa situação, os descendentes dos colonos originais deixavam as terras familiares para se estabelecerem mais a noroeste do estado. Nas décadas seguintes, diante das dificuldades da conquista de novas terras e da

¹ O período de depressão a que se refere o texto teve o seu início marcado pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

² Com a perda de espaço no exterior, o Rio Grande do Sul voltou-se ao mercado interno. As exportações do Rio Grande do Sul para outros Estados aumentam em volume e em valor, ressurgindo a utilização da expressão “celeiro do Brasil” como sinônimo de Rio Grande do Sul.

³ A cultura do trigo foi introduzida pelos imigrantes açorianos chegando a ser de grande importância na economia regional da época. Nas primeiras décadas do século XIX, porém declinou, ficando reduzida a pequenas áreas na região colonial de origem européia até 1940 (Müller, 1998, p.176).

dificuldade de emprego nas cidades, inicia-se um crescente movimento migratório, dos filhos desses colonos, no sentido de outros estados onde ainda existia abundância de terras.

A partir de 1957 uma crise atingiu a agricultura, ocasionando baixa da produção e dos rendimentos. Uma das razões da crise esteve ligada aos métodos de cultura empregados pelos primeiros granjeiros e que deram origem a diversas doenças. A concorrência do trigo americano, o enfraquecimento do poder de compra dos salários, o enfraquecimento global da economia em boa parte dos anos 1960, as modificações na política comercial que tornaram difícil a aquisição de máquinas agrícolas no exterior e a retirada do apoio à produção interna até 1962 atuaram como fatores agravantes da crise. Os recursos que anteriormente apoiavam a produção de trigo nacional, serviam agora para investimentos públicos indispensáveis ao setor industrial como transportes, comunicação, energia e subsídios.

O tradicional sistema de cultivo dos colonos encontra seus limites na década de 1960 quando o acesso espontâneo às terras da fronteira agrícola, um dos elementos essenciais de sua existência, lhes é dificultado. A partir daí, outras alternativas são buscadas. Essa procura dá-se num contexto sócio-econômico já profundamente alterado, alterações cujas expressões mais significativas são as granjas de trigo e soja.

As granjas aparecem sobre as terras de campo, marcando o início de um novo tipo de relação entre agricultores e pecuaristas, entre a região colonial e a região pastoril. Após séculos, é a primeira vez que se pratica a agricultura sobre terras de pecuária. Os estancieiros arrendam parte de seus campos, aqueles menos favoráveis à pecuária. Tendo em vista as dificuldades com as quais os estancieiros se defrontam desde o fim do comércio mular, ganhavam mais arrendando parte de suas terras do que com a prática da pecuária sobre as mesmas. Desde então, o arrendamento passou a ser modalidade de acesso à terra para todos aqueles que possuíam um pequeno capital e queriam investir na agricultura.

Entre 1965 e 1975, a produção primária gaúcha teve um rápido crescimento que se deve basicamente à agricultura e principalmente ao cultivo da soja. Em 1970 o Brasil era um dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, sendo o Rio Grande do Sul responsável por quase dois terços da produção nacional.

A cultura de soja teve rápida expansão na década de 70, trazendo consigo um complexo agroindustrial. O ciclo durou até os anos 80 e mudou a estrutura econômica do Estado.

Entretanto, no período de 1975 a 1980, o produto agrícola do Rio Grande do Sul deixa de se expandir em razão do esgotamento de terras que impossibilitou o crescimento das grandes lavouras de arroz, soja e trigo. A partir daí, a expansão da produção agrícola só seria possível através de aumento da produtividade.

Graves conseqüências ambientais e sociais surgiram no longo prazo devido ao acelerado crescimento da lavoura de soja (intercalada ao cultivo de trigo nas mesmas áreas no inverno). Por outro lado a “febre da soja” possibilitou aos grandes e pequenos produtores uma renda monetária que dificilmente seria obtida de outra forma, transformando o Rio Grande do Sul no maior mercado para certas linhas de máquinas e insumos agrícolas⁴.

De um modo geral, os ganhos de produtividade registrados entre 1970 e 1980 ocorreram muito mais em decorrência da aplicação de fertilizantes, defensivos e maquinários adquiridos através de políticas de crédito subsidiado do que de mudanças na estrutura fundiária, de melhorias no manejo do solo, de aprimoramento do produtor ou do desenvolvimento de variedades mais produtivas e robustas. (Müller, 1998, p.229)

A queda da participação gaúcha no PIB agropecuário nacional entre 1970 e 1985, foi intensificada pelas secas de 1985/86 e 1987/88, que afetaram a produção das principais lavouras gaúchas de verão. A participação do Rio Grande do Sul continuava a cair em 1990, enquanto que no Paraná e Santa Catarina a participação aumentava. (Müller, 1998, p.229) O arroz foi um dos poucos produtos agrícolas do estado cujos níveis de produtividade se mantiveram muito superiores à média nacional durante a década de 80. Outra exceção foi a produção de fumo que se expandiu na década de 70.

A combinação de fatores como secas, restrição à comercialização decorrente de pacotes antiinflacionários⁵, queda das cotações dos principais produtos e aumento dos custos de produção⁶, foram responsáveis pela lenta crise da agricultura⁷ gaúcha entre 1970 e 1980.

A evolução da produção animal não foi muito diferente do que a da agricultura. Os investimentos em mecanização e o aumento do número de animais por hectare

⁴ A lavoura de arroz foi responsável pela primeira onda de mecanização da agricultura. A presença de tratores e colheitadeiras automotrizes se difundiu com o trigo e a soja. (Müller, 1998, p.203)

⁵ As restrições à comercialização decorrente de pacotes antiinflacionários de congelamento de preços (Plano Cruzado em fevereiro de 1986; Plano Bresser em 1987, seguida de inflação; Plano Verão em janeiro de 1989, aliado a moderadas medidas recessivas) prejudicaram a agropecuária gaúcha que estava descapitalizada pela quebra de produção provocada pelas secas.

⁶ Apresentaram tendência de alta desde o primeiro choque do petróleo.

⁷ Exceto o trigo que era uma cultura de inverno (não sofreu os efeitos das secas) e não enfrenta o problema de esgotamento de terras (pois nesta época do ano as opções de cultivo são mais restritas e as terras mais disponíveis).

realizados no período de 1975 a 1985, não foram suficientes para que houvesse aumento na renda dos produtores da pecuária de corte (Müller, 1998, p.239).

A avicultura do Rio Grande do Sul ganha espaço em função do aumento gradativo da importância da carne de aves em relação à carne bovina, principalmente após 1989.

A suinocultura, que ocupava importante posição no início do século através da comercialização da banha, entra em crise no período de 1964 a 1990. Ainda em relação à produção animal, a ovinocultura teve grande importância até a metade do século. Nos anos seguintes a lã perde um pouco do espaço para as fibras sintéticas.

Neste mesmo período, a fruticultura gaúcha apresentou um grande aumento na produção, exceto a uva que enfrentou problemas de competitividade com o Vale do Rio São Francisco. A viticultura também sentiu os efeitos da concorrência do produto argentino e chileno.

O cenário que se constituiu na década de 90 não é muito favorável à agricultura. O elevado nível de endividamento impossibilita que sejam feitos investimentos em modernização com objetivo de manter-se no mercado cada vez mais competitivo, através de aumento na produtividade.

A abertura comercial promovida pelo presidente Fernando Collor em 1990 e a consolidação do Mercosul colocam o produtor numa situação de concorrência nunca antes enfrentada. A competitividade externa e o esgotamento da fronteira agrícola tendenciam a pequena propriedade a uma situação de crise e condicionam a expansão de cooperativas ligadas às cadeias agroindustriais.

Na década de 90 ocorre também o deslocamento da cultura de grãos para a região Centro-Oeste e queda dos preços internacionais. A produção gaúcha de grãos passa por dificuldades e há incentivos para diversificação de atividades e maior integração com a agroindústria. A dificuldade do Rio Grande do Sul em participar da integração internacional que se intensificou ao longo desta década, deve-se, segundo Müller (1998, p.281), “às condições desfavoráveis de competição em que se encontravam todos os setores de sua economia, com uma infra-estrutura deteriorada e cara e um setor público imobilizado”.

Aos produtores que resistem à situação, restam as tentativas de aumento de produtividade ou através do surgimento de novos mercados (como o mercado de produtos orgânicos que cresceu nos últimos anos), que não asseguram o sucesso devido à intensidade da concorrência existente no mercado.

Com o objetivo de um melhor entendimento das modificações históricas que deram origem a atual situação agrícola do Rio Grande do Sul, analisamos a estrutura produtiva através da utilização das terras e do valor da produção, de maneira comparativa entre Mesorregiões homogêneas do Rio Grande do Sul, a partir de 1940 até o ano de 1995/96.

2. Metodologia

2.1 Unidade de análise e fonte de dados

De acordo com Jansen (2002, p.40), o Rio Grande do Sul assume posição destacada na economia brasileira. As extensas fronteiras com o Uruguai e a Argentina influenciaram sua formação histórica e possibilitam uma posição estratégica no processo de integração do Mercosul. Conforme o Censo do IBGE para o ano de 2000, sua população era de 10.187.798 habitantes, que corresponde a 6% da população brasileira, ocupando uma área de 281.734 km², o equivalente a 3,3% do território brasileiro. O Estado possui 85% do seu território ocupado por 859.341 estabelecimentos rurais, trabalhados por 1.377.022 pessoas (IBGE, 1995/96) ⁸.

Conforme a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul (2002), a divisão política do território do Rio Grande do Sul se modificou muito nos últimos quinze anos. O número de municípios correspondia a 427 em 1994, aumentando para 464 no ano de 1994, 467 no ano de 1995 e hoje já são 496 municípios. Destes, os que possuem menores áreas estão localizados na região metropolitana em direção ao noroeste, estendendo-se por toda a porção média e alta do vale do Rio Uruguai. Percebemos nessas regiões predomínio de pequenas e médias propriedades rurais e uma estrutura fundiária resultante do processo de colonização européia, ocorrida no século passado e também da posterior expansão das terras coloniais, através da ocupação da fronteira agrícola do Estado nas primeiras décadas do século vinte. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste do Estado, a herança da atividade de pecuária extensiva que existe há tempo nessas regiões possibilitou o surgimento de municípios e propriedades rurais com maiores áreas.

Em relação às características produtivas, o Estado pode ser dividido em duas grandes regiões em função da forma de ocupação histórica: região norte e região sul. No norte existe grande diversidade de culturas envolvendo cultivo de grãos, fumo e fruticultura. Predominam nesta região pequenas propriedades com uso de mão-de-obra

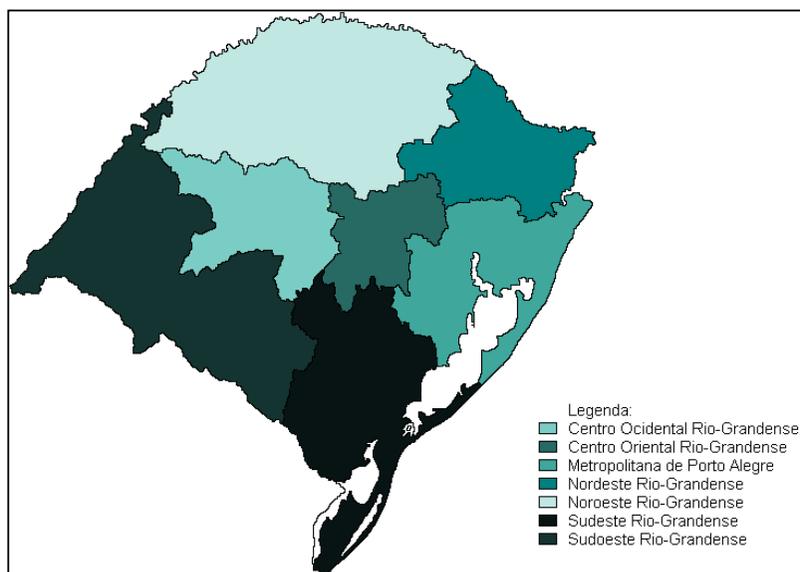
⁸ Cabe salientar que esta informação está defasada em função da não-realização de Censos Agropecuários posteriores pelo IBGE.

familiar. Mesmo as áreas de campos, que possibilitaram o desenvolvimento da pecuária, vêm sendo absorvidas pela agricultura (Souza, 2000, p.67). No sul, incluindo a porção de serra que fica a sudeste, há predomínio da produção animal e de arroz. Até hoje se desenvolve, predominantemente, a pecuária extensiva e a agricultura em grandes propriedades.

Na composição do valor bruto da produção agropecuária a lavoura ocupa posição de destaque com o equivalente a 55,4% da produção, seguida pela produção animal com 40,21%. (SECRETARIA, 2002) O setor de grãos ainda se sobressai em relação aos demais, embora haja uma diminuição ao longo dos últimos anos: 50,3% em 1985, 36,0% em 1990; 28,6% em 1995 e em 1999 30,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária do Rio Grande do Sul. Dentre os grãos que se destacam estão o arroz, a soja, o milho, o trigo e o feijão. Outras culturas importantes são o fumo e a fruticultura, que tem demonstrado crescimento nos últimos anos.

De acordo com a atual divisão regional do Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Rio Grande do Sul é composto de sete Mesorregiões⁹,

Figura 1 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Construído pela autora.

⁹ Segundo o IBGE apud FEE (1998), Mesorregião é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. A lista dos municípios prioritários segundo a classificação obtida neste trabalho encontra-se em Jansen (2002, p.115).

que por sua vez são compostas por trinta e cinco Microrregiões. Como unidade de análise utilizamos as Mesorregiões, devido a limitações considerando-se as Microrregiões¹⁰. Na figura a seguir estão as Mesorregiões do Rio Grande do Sul, que são utilizadas como base para a tabulação dos dados utilizados.

Este trabalho baseia-se principalmente em dados do Censo Agropecuário de 1995/96, que representa a última atualização disponível no Brasil neste momento. Foram utilizados também dados do Censo Agropecuário dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, conforme a disponibilidade. Correspondem, portanto, a dados secundários coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2 Estrutura Produtiva

Analizamos a estrutura produtiva a partir de dois aspectos: primeiro observando a área ocupada pelas diversas atividades e, segundo, através do valor bruto da produção.

A primeira variável é analisada conforme a disponibilidade dos dados nos censos agrícolas (1940, 1950 e 1960) e agropecuários (1970, 1980, 1985 e 1995/96) do IBGE, onde a unidade de análise são as Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul. É observada a participação relativa da área ocupada por: lavouras permanentes¹¹, lavouras temporárias¹², pastagens naturais, pastagens plantadas, matas naturais, matas plantadas e terras em descanso e terras não utilizadas. Para o ano de 1995/96 é também observada a participação relativa com o uso de mapas¹³ e com unidade de análise os municípios gaúchos. Os dados foram compilados pela autora.

Conforme já apontava Waquil (1992, p.32), é importante destacar que atividades como a produção de suínos e aves, que ocorrem em regime de confinamento e ocupam áreas muito pequenas dentro dos estabelecimentos rurais, não são consideradas na composição da produção.

A segunda variável para caracterizar a estrutura produtiva é o valor bruto da produção. Segundo o IBGE, valor da produção é o valor da produção física obtida,

¹⁰ Como parte da análise é realizada desde 1940, seguindo-se até os anos recentes, seria impossível trabalharmos com Microrregiões, pois muitos municípios que as compõem não existiam naquela época.

¹¹ Culturas permanentes são as culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas sem necessidade de novo plantio. As seguintes culturas são permanentes: abacate, azeitona, banana, caqui, erva-mate, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, marmelo, noz, palmito, pêra, pêssego, tangerina, tungue e uva.

¹² Culturas temporárias são as culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que, após a colheita, necessitam de novo plantio para produzirem. São temporárias as seguintes culturas: abacaxi, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, linho, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, soja, sorgo, tomate e trigo.

¹³ Os mapas apresentados neste trabalho limitam-se ao ano de 1995/96.

considerando-se os preços médios pagos ao produtor, no ano de referência da pesquisa. É analisada a participação relativa das seguintes atividades produtivas, de acordo com os dados censitários disponíveis: animal de grande porte, animal de médio porte, aves e pequenos animais, lavouras permanentes, lavouras temporárias, horticultura e floricultura, silvicultura e extração vegetal. Os dados referentes ao valor bruto da produção somente passaram a ser apresentados a partir do censo agropecuário de 1970. Por fim, analisa-se com o uso de mapas a estrutura produtiva dos municípios gaúchos no ano de 1995/96 a partir do valor da produção per capita animal e vegetal. Para que seja possível a comparação da estrutura produtiva dos municípios, independente de seu tamanho e número de habitantes utiliza-se o valor bruto da produção “per capita”, obtido através da divisão do valor bruto da produção pela população rural.

3. Resultados

Observamos diferenças na estrutura produtiva entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul. A Tabela 1 apresenta a estrutura produtiva com base na área ocupada pelas atividades, ou seja, a forma de utilização das terras.

A área ocupada com pastagens naturais aparece em negrito, pois é a que apresenta o maior percentual de uso de terra, ocorrendo em praticamente todas mesorregiões e anos. Destacam-se as regiões Centro-Occidental, Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense, principalmente esta última que apresenta os maiores percentuais em todos os períodos, devido à predominância da pecuária como principal atividade econômica. Este percentual está diminuindo ao longo do tempo, dando maior espaço para as lavouras temporárias e para as pastagens plantadas.

Com relação às lavouras temporárias, destaca-se a mesorregião Noroeste Rio-Grandense que, após 1960, abandona a diversificação de culturas e torna-se uma região com tradição no cultivo de soja. A partir dos dados referentes ao ano de 1970, é possível perceber a importância das lavouras temporárias, que passam a ter o maior percentual de áreas ocupadas na região Noroeste.

Ao considerarmos o Estado como um todo se observa que houve um aumento considerável no uso de área em lavoura temporária no período analisado: o percentual que era 7,3% no ano de 1940, passa a ser 27,7% em 1980 caindo para 26,2% em 1995/96.

A Mesorregião Nordeste apresenta-se como a única região com percentuais mais elevados de área ocupada com lavouras permanentes, associada à importância da

vitivinicultura na região serrana. Ao longo do período observamos um aumento desse percentual.

Destaca-se ainda a redução da quantidade de terras em descanso, que perderam a importância com a modernização da agricultura. Há também um razoável incremento na área ocupada por matas ao longo do tempo, principalmente na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Tabela 1 - Distribuição da estrutura produtiva com base na área ocupada pelas atividades por Mesorregiões do Rio Grande do Sul – 1940 a 1995 (%)

Ano/Mesorregiões	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras não Utilizadas (*)	Área Total
	Perman.	Tempor.	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
1940			(**)		(***)			
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,5	3,2	82,5		6,7		7,1	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	2,5	15,0	53,7		12,7		16,2	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	2,1	14,2	52,2		11,2		20,3	100,0
Nordeste Rio-Grandense	1,9	7,2	55,5		17,3		18,1	100,0
Noroeste Rio-Grandense	1,5	12,4	52,1		20,4		13,5	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,6	4,8	77,6		5,6		11,4	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,4	2,2	87,8		3,9		5,8	100,0
Total do Estado	1,1	7,3	69,4		10,4		11,8	100,0
1950								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,3	5,9	81,4	1,2	6,0	0,5	4,7	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	1,6	23,9	42,4	1,5	12,8	2,0	15,8	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	1,1	16,6	52,7	1,4	8,7	3,5	16,0	100,0
Nordeste Rio-Grandense	1,3	11,1	52,3	1,2	14,6	0,9	18,4	100,0
Noroeste Rio-Grandense	0,7	21,9	44,7	2,3	19,5	0,4	10,6	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,2	8,2	79,1	0,7	5,4	0,7	5,7	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,1	2,9	89,5	0,7	3,7	0,3	2,7	100,0
Total do Estado	0,6	11,6	67,2	1,3	9,8	0,9	8,8	100,0
1960								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,4	9,3	73,0	1,0	11,1	0,6	4,5	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	2,2	31,0	41,1	1,2	11,3	2,5	10,8	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	2,2	22,8	48,7	1,3	8,3	5,0	11,6	100,0
Nordeste Rio-Grandense	1,7	9,9	58,6	1,2	14,1	0,9	13,5	100,0
Noroeste Rio-Grandense	1,1	33,4	37,0	3,1	16,8	0,7	7,9	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,5	11,7	76,2	1,1	5,9	0,8	3,7	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,2	5,2	87,3	1,7	4,4	0,4	0,8	100,0
Total do Estado	0,9	16,8	63,4	1,7	9,9	1,1	6,1	100,0
1970								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,3	13,0	75,9	1,6	6,0	0,5	2,5	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	1,4	31,3	43,8	1,8	9,8	2,3	9,6	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	1,4	19,8	55,9	2,3	6,9	4,0	9,7	100,0
Nordeste Rio-Grandense	2,2	11,7	57,8	2,3	13,2	1,5	11,3	100,0
Noroeste Rio-Grandense	1,1	46,1	30,1	4,0	11,5	0,4	6,8	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,4	12,7	75,1	2,1	6,2	0,8	2,8	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,1	6,0	87,2	2,0	3,3	0,5	0,8	100,0
Total do Estado	0,8	20,2	62,7	2,5	7,6	1,1	5,1	100,0

Continua ...

... Continuação

Ano/Mesorregiões	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras não Utilizadas (*)	Área Total
	Perman.	Tempor.	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
1980								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,2	23,0	63,4	4,8	5,5	0,6	2,4	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	1,2	33,9	34,7	4,4	9,5	4,1	12,2	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	1,7	21,3	48,0	5,4	7,2	9,1	7,2	100,0
Nordeste Rio-Grandense	2,5	12,1	58,4	4,2	13,2	3,1	6,4	100,0
Noroeste Rio-Grandense	0,7	62,3	20,8	4,1	8,6	0,6	2,8	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,6	17,1	67,5	4,1	6,7	1,5	2,4	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,1	11,9	77,2	5,3	3,4	0,5	1,6	100,0
Total do Estado	0,8	27,7	54,1	4,7	7,0	2,0	3,8	100,0
1985								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,2	21,7	64,1	4,3	6,2	0,8	2,6	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	1,3	34,1	37,5	4,0	11,1	5,1	6,8	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	1,8	21,7	45,9	4,7	7,4	10,2	8,3	100,0
Nordeste Rio-Grandense	2,6	12,5	57,7	3,7	13,7	3,7	6,1	100,0
Noroeste Rio-Grandense	0,8	60,8	23,0	3,2	8,3	0,8	3,1	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,4	16,8	65,5	4,2	7,3	2,7	3,0	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,1	12,4	74,4	6,4	3,6	0,7	2,4	100,0
Total do Estado	0,8	27,6	53,3	4,6	7,3	2,5	3,9	100,0
1995/96								
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,5	19,5	63,6	5,3	7,4	1,1	2,8	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	1,3	27,7	38,1	5,6	12,7	7,8	6,8	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	2,2	20,2	42,9	5,7	8,8	12,4	7,8	100,0
Nordeste Rio-Grandense	3,3	11,1	56,4	3,1	17,4	4,6	4,1	100,0
Noroeste Rio-Grandense	1,2	58,3	22,8	3,5	10,1	1,5	2,6	100,0
Sudeste Rio-Grandense	0,4	14,0	60,7	6,8	9,7	3,1	5,2	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	0,1	10,9	71,6	8,0	4,6	0,7	4,0	100,0
Total do Estado	1,0	26,2	50,9	5,6	9,1	3,0	4,2	100,0

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1940-2000.

Os valores apresentados foram compilados pela autora.

Os valores grifados correspondem aos maiores percentuais por Mesorregião homogênea.

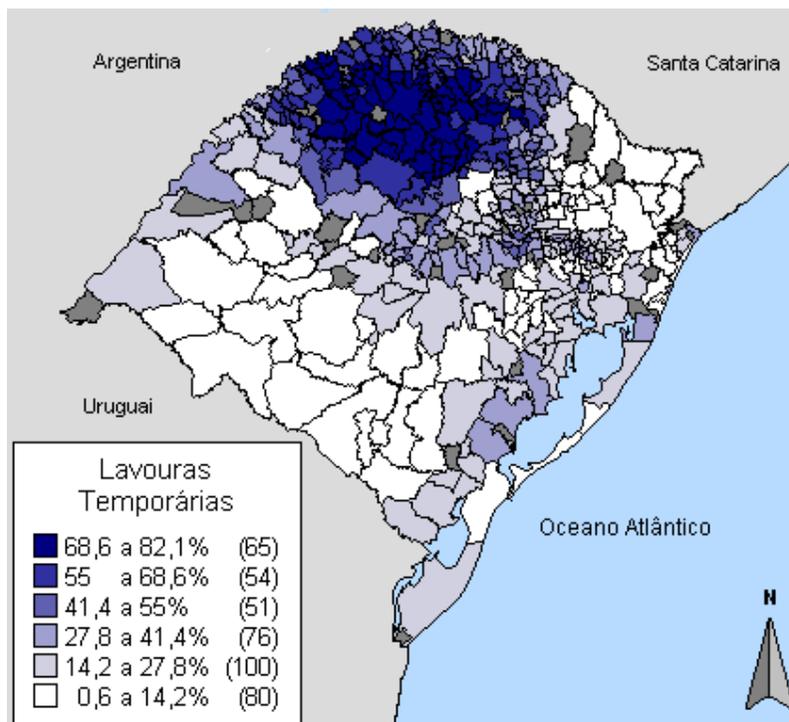
(*) Refere-se à soma de todas as terras em descanso e não utilizadas.

(**) Estes dados correspondem à área ocupada por pastagens, não sendo especificadas se são naturais ou plantadas.

(***) Estes dados correspondem à área ocupada por matas, não sendo especificadas se são naturais ou plantadas.

Para permitir uma análise mais detalhada da estrutura produtiva com base no percentual de área ocupada nos municípios gaúchos, foram construídos mapas. A Figura 2 apresenta o percentual de área ocupada com lavouras temporárias em cada município gaúcho no ano de 1995/96. Podemos visualizar que os municípios localizados na mesorregião Noroeste Rio-Grandense apresentam maior participação percentual com valores superiores a 50%. Na maioria dos municípios as lavouras temporárias chegam a ocupar entre 68,6% a 82,1% de sua área total. Esta região do estado destaca-se pelo cultivo de grãos principalmente pela soja, o milho e o trigo. Em terras de várzea dos municípios do litoral sul e na fronteira oeste cultiva-se o arroz.

Figura 2 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Lavouras Temporárias por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

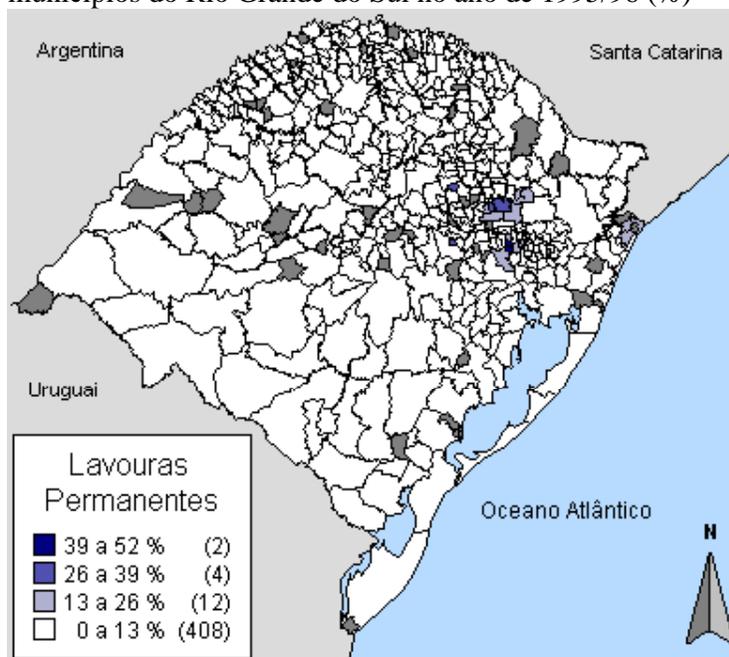
Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

O próximo mapa representado pela Figura 3 caracteriza o percentual de área ocupada por lavouras permanentes nos municípios gaúchos. Apesar de não ser atividade predominante em muitos dos municípios, sua participação é muito significativa em municípios localizados na região que circunda Caxias do Sul. Percentuais que variam de 25 até 50% estão associados principalmente ao cultivo de uvas. A região também destacada próxima ao litoral apresenta produção predominante de banana.

As áreas do estado ocupadas por pastagens, são apresentadas na Figura 4. Neste mapa estão incluídas as duas divisões de pastagens: as naturais e as plantadas. Cabe-nos observar que os municípios com maior participação de áreas com pastagens estão localizados ao sul do Estado e na região nordeste, ou seja, em municípios onde se destacam produção animal de, principalmente, bovinos e ovinos.

Figura 3 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Lavouras Permanentes por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



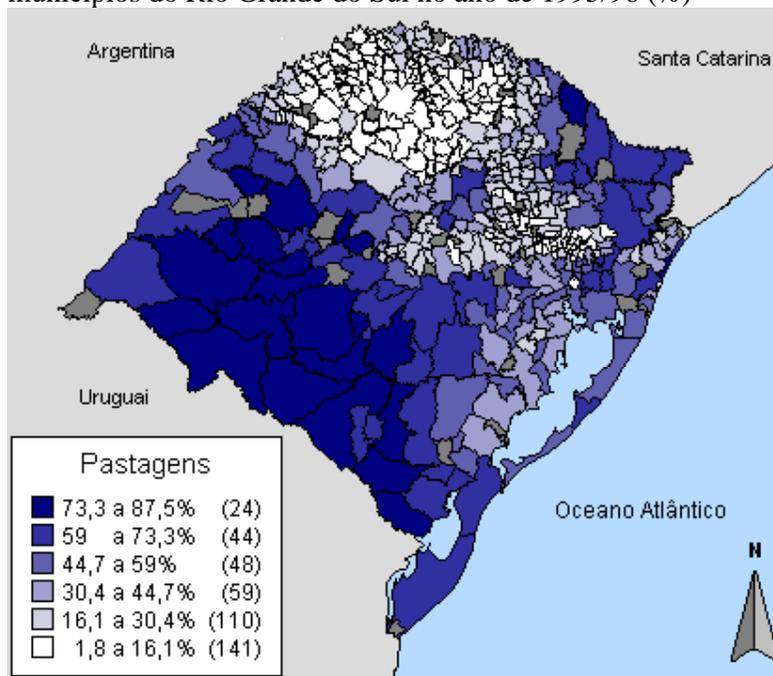
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

Figura 4 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Pastagens por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

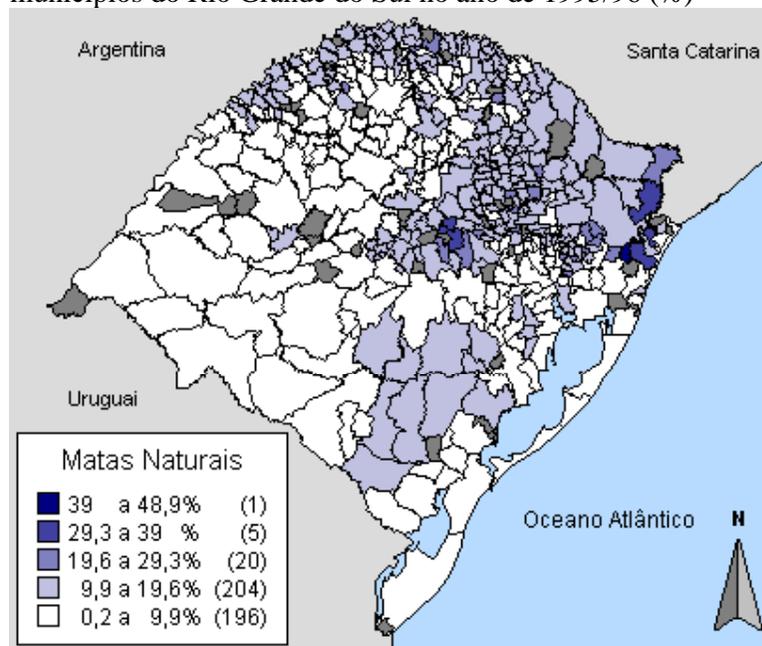
Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

As próximas duas Figuras 5 e 6 correspondem á áreas ocupadas por Matas Naturais e Matas Plantadas. Os municípios que se destacam por percentuais mais elevados de áreas ocupadas com matas naturais são áreas a nordeste onde se situa o Planalto Meridional e na região mais ao sul chamada de Escudo Rio-Grandense. Nestas regiões a mata natural sobrevive à ação do homem muitas vezes por estar localizada em regiões de difícil acesso como serras e planaltos. Grande parte desta área corresponde à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Figura 5 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Matas Naturais por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

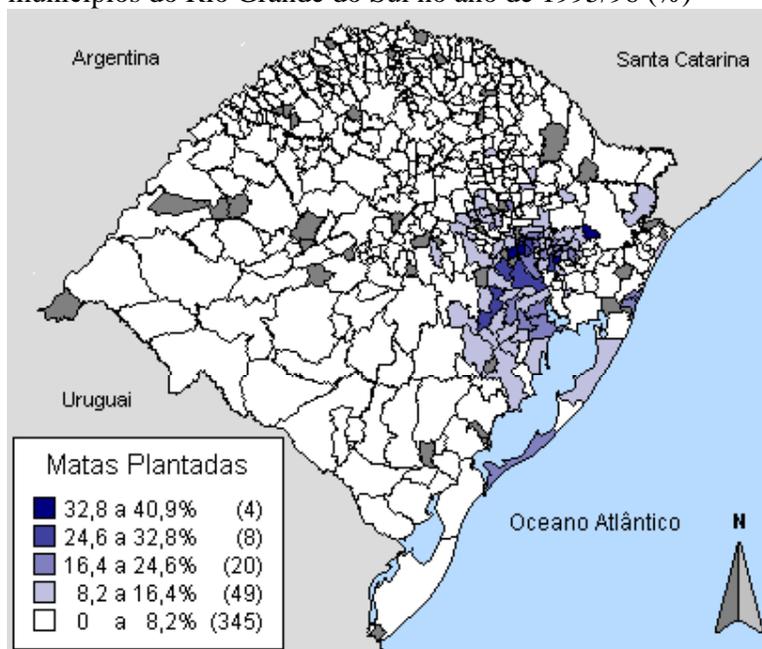
Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

Com relação às matas plantadas, localizam-se principalmente na região serrana e metropolitana de Porto Alegre, que podem estar associadas principalmente à produção industrial de celulose, papel, papelão, madeira e mobiliário. Nas áreas próximas à cidade de Santa Cruz, por ser uma região onde a atividade fumageira se destaca, as matas plantadas são utilizadas no processo de secagem do fumo.

Com relação às áreas produtivas não utilizadas localizam-se com maior participação percentual municípios da região do vale do rio Taquari e podem ser observadas na Figura 7.

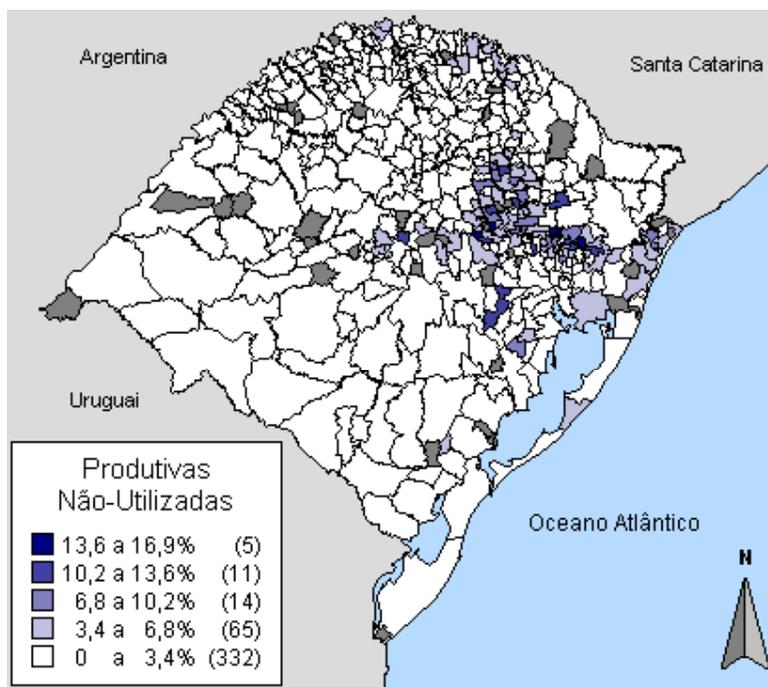
Figura 6 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Matas Plantadas por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.
Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.
Elaborado pela autora.

Figura 7 - Estrutura produtiva com base na área ocupada com Terras Produtivas Não-Utilizadas e em Descanso por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.
Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.
Elaborado pela autora.

Também com o objetivo de caracterizar as diferenças da estrutura produtiva existentes entre as Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul, faz-se agora a descrição com base na participação relativa do valor bruto da produção das diferentes atividades. As atividades de produção possuem a seguinte divisão, conforme os dados disponíveis nos Censos Agropecuários: animal de grande porte, animal de médio porte, aves e pequenos animais, lavouras permanentes, lavouras temporárias, horticultura, silvicultura e extração vegetal.

Na Tabela 2 é apresentada a participação relativa de cada atividade no valor bruto da produção agropecuária, referente aos anos de 1970, 1975, 1980 e 1995/96, de acordo com as Mesorregiões Homogêneas. Analisando-se esta tabela, torna-se possível a obtenção de informações que complementam a análise anterior feita com base na área ocupada pelas atividades.

Confirmando a análise feita anteriormente, pode-se visualizar que a única região que possui participação superior da produção de lavouras permanentes é a mesorregião Nordeste Rio-Grandense, onde se destaca a vitivinicultura. Esta participação, entretanto, decresce no período à medida que aumenta a participação da produção de aves, onde o percentual passa de 12,9% em 1975, para 28,7% em 1980 (ano na qual esta classe – aves e pequenos animais, passa a ser a principal atividade) e 32,1% em 1995/96.

Nas demais mesorregiões destaca-se a importância das lavouras temporárias, principalmente no noroeste, centro ocidental, sudeste e sudoeste que no último período passa a ter maior participação devido ao incremento na produção de arroz. O auge de participação relativa ocorre no período de 1975.

A mesorregião homogênea que têm maior participação da pecuária de grande e médio porte é a Sudoeste Rio-Grandense.

Tabela 2 - Estrutura produtiva com base no Valor Bruto da Produção por Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul – 1970 a 1995/96 (%)

Ano/Mesorregiões	Animal			Lavouras		Horticultura e Floricultura	Silvicultura e Extração Vegetal	Total
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Permanentes	Temporárias			
1970						(*)		
Centro Ocidental Rio-Grandense	26,5	5,7	2,3	1,8	60,9	-	2,7	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	8,5	7,5	3,1	2,4	75,4	-	3,1	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	17,8	5,0	7,2	4,7	56,1	-	9,2	100,0
Nordeste Rio-Grandense	21,1	9,5	8,2	22,1	33,2	-	6,0	100,0
Noroeste Rio-Grandense	8,5	11,4	3,1	2,0	73,1	-	1,9	100,0
Sudeste Rio-Grandense	25,4	12,7	2,0	2,9	51,7	-	5,4	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	38,9	18,4	1,0	0,7	39,1	-	1,9	100,0
Total do Estado	16,9	10,4	3,6	3,9	61,6	-	3,6	100,0
1975								
Centro Ocidental Rio-Grandense	22,7	3,9	1,6	1,8	68,8	0,3	0,8	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	12,2	9,4	5,1	2,7	66,7	0,5	3,4	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	19,2	4,3	7,6	3,8	57,9	2,2	4,9	100,0
Nordeste Rio-Grandense	24,9	9,5	12,9	15,3	27,9	1,0	8,5	100,0
Noroeste Rio-Grandense	7,2	8,1	2,3	1,9	79,2	0,3	1,0	100,0
Sudeste Rio-Grandense	21,8	7,7	1,7	2,2	64,0	1,4	1,1	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	34,5	12,3	0,7	0,6	51,1	0,1	0,7	100,0
Total do Estado	16,5	8,0	3,6	3,1	65,8	0,7	2,2	100,0
1980								
Centro Ocidental Rio-Grandense	29,8	4,5	1,9	1,4	61,5	0,3	0,7	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	18,0	9,9	14,6	2,8	52,2	0,7	1,9	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	22,5	4,2	10,4	3,5	50,2	2,1	7,1	100,0
Nordeste Rio-Grandense	22,8	7,9	28,7	13,2	22,6	1,0	3,8	100,0
Noroeste Rio-Grandense	10,3	11,4	3,2	1,8	71,7	0,3	1,3	100,0
Sudeste Rio-Grandense	30,9	7,9	1,5	2,5	55,5	0,9	1,0	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	41,3	11,8	0,5	0,4	45,6	0,1	0,4	100,0
Total do Estado	21,4	9,2	6,9	3,0	56,8	0,7	2,1	100,0
1995/96								
Centro Ocidental Rio-Grandense	27,0	2,4	2,7	2,2	63,2	1,0	1,5	100,0
Centro Oriental Rio-Grandense	12,3	6,4	25,4	3,0	48,8	1,2	2,9	100,0
Metropolitana de Porto Alegre	13,8	3,0	18,9	6,1	47,8	3,6	6,8	100,0
Nordeste Rio-Grandense	12,9	6,4	32,1	21,2	18,5	3,4	5,3	100,0
Noroeste Rio-Grandense	15,0	8,8	9,2	2,8	61,4	1,0	1,7	100,0
Sudeste Rio-Grandense	26,5	4,2	3,8	2,6	59,9	1,2	1,8	100,0
Sudoeste Rio-Grandense	31,5	3,2	1,1	0,8	62,6	0,3	0,5	100,0
Total do Estado	17,9	6,1	13,5	5,3	52,8	1,6	2,8	100,0

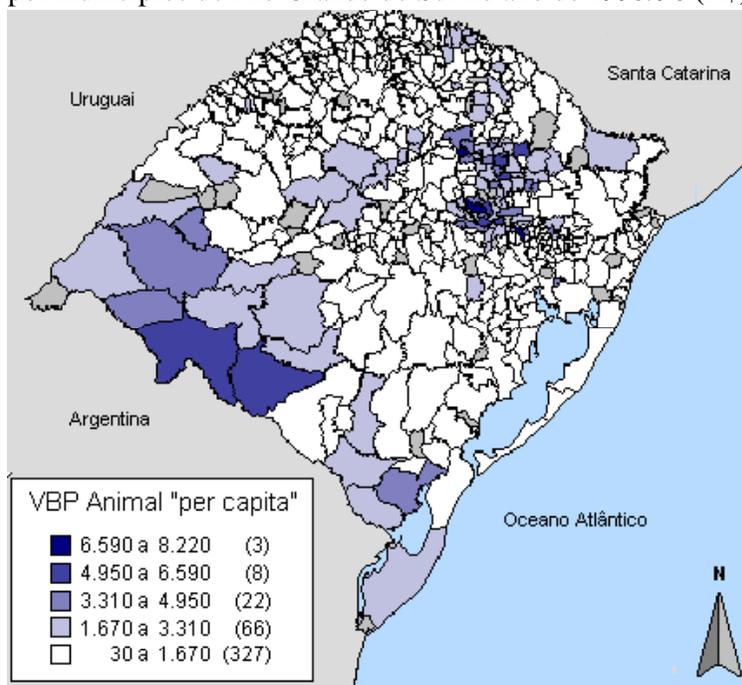
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970-1995/96.

Os valores apresentados foram compilados pela autora.

(*) Valor não disponível para o ano de 1970.

As próximas duas figuras detalham ainda mais o comportamento do valor bruto da produção por município. Primeiramente vejamos o valor per capita da produção animal (pequeno, médio e grande porte). Confirmando o que já foi visto anteriormente, a região mais ao sul, metropolitana e uma ponta extrema da região nordeste apresentam os maiores valores, pois são áreas onde ocorre a predominância de criação de animais.

Figura 8 - Estrutura produtiva com base no Valor Bruto da Produção Animal “per capita” por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (R\$)



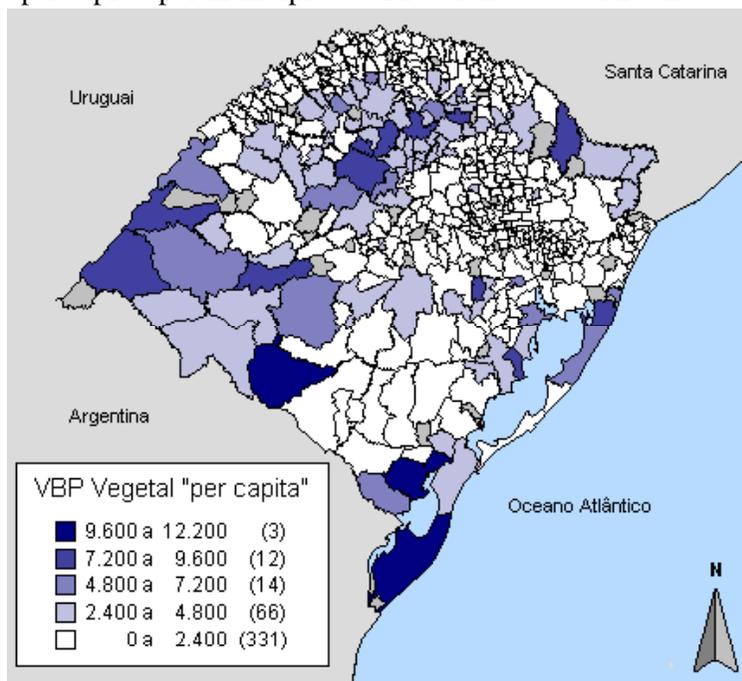
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

Figura 9 - Estrutura produtiva com base no Valor Bruto da Produção Vegetal “per capita” por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96 (R\$)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

A concentração de maiores valores per capita para a produção vegetal, por sua vez, localiza-se em áreas onde predominam o cultivo do arroz, da soja e da maçã (mais ao nordeste). Já os menores valores per capita para a produção vegetal, localizam-se principalmente nas regiões metropolitana e litorânea do Estado.

4. Considerações Finais

O presente estudo foi realizado com o objetivo de verificar as principais transformações na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul ao longo das últimas décadas, apontando assim transformações ocorridas neste período.

Inicialmente foi realizado um retrospecto das principais modificações da estrutura produtiva agrícola no Rio Grande do Sul analisando a área ocupada pelas diversas atividades. Após apresentou-se a evolução do valor bruto da produção animal e vegetal per capita.

Percebemos que independentemente da mesorregião e ano, ainda há o predomínio de áreas ocupadas com pastagens naturais, principalmente no Sudoeste Rio-Grandense, em função da pecuária. Entretanto esta participação vem gradativamente sendo substituída por lavouras temporárias e para as pastagens plantadas.

A mesorregião Noroeste Rio-Grandense destaca-se ainda pelas lavouras temporárias, que assumem posição de destaque com tradição no cultivo de soja (além do milho e trigo) e apresentam um aumento considerável no período analisado. Já as mesorregiões centro ocidental, sudeste e sudoeste no último período passam a ter maior participação devido ao incremento na produção de arroz, item que apresenta maior concentração de valores per capita para a produção vegetal, juntamente com a soja e a maçã.

5. Referências Bibliográficas

- BECKER, Dinizar Fermiano. **A Economia Política do Arroz: Uma Análise da Conformação do CAI do Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul.** Campinas: Unicamp, 1992. 2v. (Tese de doutorado)
- FEE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL - 1998. Porto Alegre: FEE, 1998, v. 30. (CD-ROM)
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Agrícola do Estado de Rio Grande do Sul - 1940.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1950.
- _____. **Censo Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul - 1950.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1956.
- _____. **Censo Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul - 1960.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1970.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1974.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1975.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1980.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1985.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1987.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul – 1995/96.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1998.
- _____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Rio Grande do Sul – 2000.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2001.
- JANSEN, Suzel Lisiane. **Evolução da Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul:** uma análise do período de 1940 a 1995/96. 2º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2004. 16p.
- JANSEN, Suzel Lisiane. **Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos:** Uma comparação com indicadores sócio-econômicos. Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2002. (Dissertação de mestrado)
- MÜLLER, Carlos Alves. **A História Econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Banrisul, 1998. 288p. :il.
- SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Atlas Sócio-Econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2002.
- SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 94p. (Coleção Síntese Rio-Grandense)
- WAQUIL, Paulo Dabdab. **A Modernização da Agricultura e as Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, 1992. (Dissertação de mestrado).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.